

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Lei do valor de Marx e os fundamentos da teoria marxista do imperialismo			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Leonardo de Magalhães Leite	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professor
COAUTOR 2			
Caio Marcos Passabom Jacob	Universidade Federal Fluminense	UFF	Graduando
COAUTOR 3			
Mateus Magnus Paape	Universidade Federal Fluminense	UFF	Graduando
COAUTOR 4			
Lara C. Monteiro de Barros Leite	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	Graduanda
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O artigo pretende analisar como a teoria do valor-trabalho de Marx e suas leis resultantes, como a lei geral da acumulação capitalista e a lei da queda tendencial da taxa de lucro, constituem os fundamentos da teoria marxista do imperialismo. Será discutido como esta teoria se refere a um desdobramento lógico e teórico – em diferentes níveis de abstração – da lei do valor de Marx. Ademais, sugere-se que a própria polêmica no interior do marxismo no começo do século XX, como aquela entre imperialismo e ultraimperialismo, pode ser entendida como resultado de diferentes interpretações do capítulo I de O Capital.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Imperialismo, Leis de movimento do capitalismo, Marxismo			
ABSTRACT			
<p>The article analyzes how the theory of labor value of Marx and its resulting laws as the general law of capitalist accumulation and the law of the tendential fall in the rate of profit, are the foundations of the Marxist theory of imperialism. Discussed how this theory refers to a logical and theoretical development - at different levels of abstraction – of the law of value Marx. Furthermore, it is suggested that the very controversial within Marxism in the early twentieth century, like that between imperialism and ultra-imperialism, can be understood as a result of different interpretations of Chapter I of Capital.</p>			
KEYWORDS			
Imperialism, Laws of motion of capitalism, Marxism			
EIXO TEMÁTICO			
Marx contra a economia política			

1. Introdução

Se convencionou chamar de teoria marxista do imperialismo um conjunto de teses publicadas e polemizadas nas duas primeiras décadas do século XX. Dentro deste heterogêneo conjunto, haviam posições divergentes no que tange à própria conceituação do objeto que eles estavam estudando, o imperialismo. Em virtude disso, surgiam proposições de intervenção política antagônicas, ou seja, interpretações diferentes da realidade econômica implicavam, necessariamente, posturas políticas abertamente opostas.

Como é possível, então, que essas divergências sejam enquadradas no mesmo conjunto teórico? Se os teóricos são tratados como um conjunto, deve existir um elemento comum que seja, no mínimo, equivalente às desavenças. Vivia-se uma época de transição na história do capitalismo; e eles perceberam isso. Conseguiram perceber pois o que os unia era a utilização do referencial teórico que Marx havia lançado há aproximadamente cinco décadas atrás. Esta era, de fato, a convergência entre eles: atualizar (teórica ou empiricamente) as categorias marxianas em uma tentativa de entender por que o capitalismo havia se desdobrado para um estágio marcado por grandes oligopólios, exportação de capitais, aumento do poderio bélico, dentre outras características.

Considerando a existência dessas divergências e convergências, este artigo pretende contribuir com o entendimento dos fundamentos da teoria marxista clássica do imperialismo. O objetivo é apresentar, em linhas gerais, esses fundamentos e como eles estão interligados. Espera-se discutir como o imperialismo deve ser um desdobramento lógico e teórico das leis desenvolvidas por Marx em *O Capital*: a lei do valor, a lei geral da acumulação capitalista e a lei da queda tendencial da taxa de lucro¹. Esquemáticamente, os desdobramentos teóricos que fundamentam a teoria marxista do imperialismo podem ser visualizados como segue:

Figura 1: Fundamentos da teoria marxista do imperialismo



Fonte: Elaboração dos autores

Cumprir observar que esses desdobramentos estão inseridos na lógica marxista, cuja característica dominante é a dialética (FISK, 2001). Portanto, existe uma relação de determinação em que as teorias e conceitos progridem de acordo com tendências e contra tendências. A partir de indicações metodológicas de Marx, Lefebvre (2009) mostra que o importante é “descobrir a lei dos

¹ Uma abordagem mais aprofundada e bastante acurada sobre esse assunto pode ser encontrada em (CORRÊA, 2012).

fenômenos estudados; descobrir não somente os relacionamentos dos elementos de um fenômeno em um dado momento, mas a lei de suas modificações e de sua evolução” (p. 30).

Como o método possui fundamento materialista, não existem leis econômicas abstratas; pelo contrário, as leis se adaptam a cada período histórico. No Prefácio a O Capital, tem-se uma questão importante sobre o método empregado pela primeira vez por Marx: “Outras leis começam a reger a vida quando ela passa de um estágio para outro, depois de ter vencido determinada etapa de desenvolvimento” (MARX, 2004, p. 27). Isso ocorre pois o desenvolvimento das forças produtivas engendra novas relações de produção que, conseqüentemente, são regidas por novas leis.

O artigo está organizado da seguinte forma. Serão apresentados e discutidos brevemente, em sequência e tentando-se localizar os encadeamentos: a teoria do valor-trabalho de Marx (seção 2), as leis de dinâmica do capitalismo (lei geral da acumulação e lei da queda tendencial da taxa de lucro) na seção 3 e a teoria marxista do imperialismo na seção 4. Por fim, na seção 5 apresenta-se o fechamento dos argumentos.

2. Lei do valor de Marx

O objetivo desta seção é fazer uma apresentação da “Teoria do valor trabalho” de Marx, tal como exposta no capítulo I de O Capital². A finalidade é montar a base sob a qual as leis de movimento do capitalismo (seção 3) e a teoria marxista do imperialismo (seção 4) se apresentem como desdobramentos lógicos e teóricos.

Introdução

De acordo com Marx, as sociedades em que o modo de produção capitalista é dominante tem na mercadoria a sua forma elementar de riqueza. Sendo assim, ele propôs uma análise intrínseca à mercadoria com o sentido de entender como ela assume posteriormente a forma dinheiro e a forma capital – que no modo de produção capitalista orientam a produção e as trocas. Tal análise é feita por meio da Teoria do Valor Trabalho, inicialmente proposta por Smith e Ricardo e reformulada por Marx. Este constrói a argumentação necessária para seu esclarecimento, fazendo ressalvas aos seus predecessores quanto à diferença entre valor do trabalho empregado a um produto qualquer e o valor do produto do trabalho, que pretendemos apresentar à diante neste artigo.

² Tendo em vista a coexistência de traduções diferentes para a língua portuguesa, foram cotejadas duas edições disponíveis ao público brasileiro: da Editora Nova Cultural (MARX, 1996) e da Editora Civilização Brasileira (MARX, 2004). As citações neste artigo sempre indicarão a qual edição se está referindo.

Marx faz um exercício teórico com intuito de demonstrar o caráter social da mercadoria. Através de uma análise dialética, ele explica, em sequência, que, de uma economia de trocas, chega-se a um equivalente geral para todas as mercadorias, que posteriormente é conceituado como dinheiro. Marx apresenta a resolução – até então inexistente na chamada economia burguesa – para o problema da justificativa lógica do surgimento do dinheiro³.

Os dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor (substância do valor, grandeza do valor)

A mercadoria pode ser encarada segundo os aspectos qualitativos e quantitativos. A capacidade de satisfazer necessidades humanas – sejam provindas “do estômago ou da fantasia” (MARX, 1996, p. 165) –, é função da utilidade da mercadoria, existente somente pelas propriedades materiais inerentes à ela. Isto faz da mercadoria valor de uso e configura-se como um meio qualitativo de enxergar suas propriedades. No entanto, é possível que uma coisa seja valor de uso e não seja mercadoria. Como exemplos: o ar, a luz e a vegetação natural. Observa-se que tais coisas são úteis, mas não são trocadas em mercado e não constituem mercadorias⁴, pois tais coisas não sucedem do trabalho humano, com fins de servir como valor de uso, para segundos ou terceiros por meio da troca. Como proposto por Marx:

“Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social” (MARX, 1996, p. 170)

Sucedemos agora que uma mercadoria somente é considerada mercadoria se for produto do trabalho humano. Entretanto, o valor de uso de uma mercadoria – isto é, suas qualidades úteis – não é variável em função da quantidade de trabalho. Por exemplo, produzir mais guarda-chuvas a uma produtividade inalterada, de forma homogênea, não mudará a forma como este sacia a necessidade de se proteger da chuva, portanto mais trabalho empregado em sua produção aumentará a quantidade da coisa sem mudanças no valor de uso, pois o guarda-chuva continuará servindo da mesma forma que antes no cumprimento das necessidades para qual nasceu como produto. Sendo assim, o valor de uso constitui o conteúdo material da riqueza.

³ "Aqui cabe, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro." (MARX, 1996, p.176-177).

⁴ Vale ressaltar que no tempo de Marx não se falava em créditos de carbono, ou formas de negociar, precificar e vender ar, terrenos com luz para uso de energia solar e outras formas de tratar a natureza como produto, nesse sentido.

O aspecto quantitativo só é revelado quando se coloca a mercadoria em uma relação de troca com outra mercadoria qualitativamente diferente. Não faz sentido haver troca entre mercadorias de igual valor de uso, pois se as mercadorias são qualitativamente iguais, ambos os valores de uso possuem as mesmas propriedades físicas, que atenderão igualmente às necessidades de seu dono. Então existe na mercadoria algo de equivalente, que não o seu valor de uso, o Valor de troca ou Valor. Este é enxergado na relação quantitativa em que valores de uso distintos se trocam. Por exemplo: 1 kg de Algodão por 0,5kg de sal. Cada item aqui, separadamente possui um valor de uso distinto, e ainda assim, as mercadorias estão postas em uma relação de igualdade. Afinal, nesta relação, assume-se que 1 kg de Algodão vale a mesma coisa que 0,5 kg de sal, naquele momento em que ocorre a troca.

A relação de equivalência de uma mercadoria a outra ocorre diferentemente no tempo e no espaço, o que leva a crer que o valor de troca é algo relativo e puramente casual. O valor de troca de 1 kg de algodão, no último exemplo, é representado por 0,5 kg de sal. Pode-se dizer que há algo em 1 kg de algodão que é igual a 0,5 kg de sal. Afinal coisas de qualidades diferentes estão sendo comparadas de forma quantitativa. Se abstraídas as propriedades físicas dessas duas coisas, observa-se que ambas ainda possuem a propriedade de serem produtos do trabalho humano. Prescindindo-se as diferenças dentre os trabalhos que lhe constituem, o denominador comum é a propriedade de que ambas as mercadorias são dispêndio de capacidade humana, trabalho humano abstraído de seu caráter útil. Nesse sentido não há diferença, por exemplo, no trabalho de um peão de obra e de um engenheiro, ambos são reduzidos a trabalho abstrato. Para medir a magnitude do valor de uma mercadoria, é quantificada a “substância criadora de valor” nela contida, ou seja, o trabalho humano; contabilizada em frações do tempo, como hora, dia e etc.

Todavia, não é o tempo de trabalho individual que compõe a massa de valor que é dividida dentre as mercadorias produzidas, mas sim o tempo de trabalho *socialmente necessário* a sua produção. Se qualifica como socialmente, pois se trata da média de tempo requerido para um ser humano nas condições normais de produção, de destreza e intensidade de trabalho, produzir uma mercadoria – que podem variar no tempo e no espaço de um país a outro⁵. Logo, se um indivíduo isolado leva mais tempo do que a média para produzir uma mercadoria qualquer, o valor da mercadoria produzida por ele não será maior, podendo ocorrer, por exemplo, que 1 hora de trabalho deste indivíduo valha o mesmo que meia hora de trabalho social.

⁵ O tempo socialmente necessário está sujeito a variar caso se altere as condições normais. Um exemplo possível poderia ser a revolução industrial, com o advento das máquinas a vapor no processo de fabricação de manufaturas. Após sua propagação para os diversos capitais, isso passou a ser considerado uma nova condição “normal” de produção no país em que ocorreu tal processo. Sendo assim, em comparação a um tempo anterior ou posterior, estará a condição de normalidade então alterada.

Em suma, a “substancia criadora de valor” é o trabalho socialmente necessário à produção de um valor de uso. Conforme Marx: “Como Valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza” (MARX, 1996, p. 169).

É possível entender a grandeza de valor de uma mercadoria como uma função inversamente proporcional à produtividade social do trabalho e diretamente proporcional à quantidade de trabalho aplicado em sua produção. Se supusermos que será produzida uma única unidade da mercadoria, é possível observar o comportamento do valor a partir apenas da produtividade do trabalho aplicado. Segue, portanto, que um aumento na produtividade do trabalho reduziria o tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria, logo, menos tempo de trabalho será empregado nesta atividade. Isto diminui a quantidade de trabalho cristalizado na mercadoria, reduzindo-se assim o seu valor. Tem-se, portanto, uma das formas de se enxergar a lei do valor de Marx: um passo decisivo para as leis de movimento do capitalismo.

Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias

De início, será assumido, por hipótese e para exemplificar, que o trabalho de um engenheiro valha o dobro do valor do trabalho do peão de obra. Para compreender melhor esta redução do trabalho à trabalho homogêneo, são imprescindíveis os conceitos de trabalho simples e trabalho complexo. O primeiro diz respeito ao trabalho que pode ser executado por qualquer ser humano sem educação especial, tratando-se de um dispêndio de capacidade humana na forma mais simples possível. O trabalho complexo, por sua vez, pode ser reduzido a trabalho simples potencializado ou multiplicado. Sendo assim, todo trabalho cria valor, e desse modo, pode ser reduzido a trabalho simples. Daí, uma dada quantidade de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples – ao qual é reduzida toda a forma de trabalho: trata-se do dispêndio de capacidade humana.

Segundo Marx, o trabalho é, ao mesmo tempo, dispêndio da capacidade humana – trabalho abstrato, como “substância criadora de valor” – e, também, trabalho útil, ou seja, criador de valor de uso. Se a produtividade de todos os trabalhos úteis necessários à produção de um determinado bem se mantivesse constante, a magnitude do valor iria variar em função da quantidade de mercadoria, sendo uma mercadoria antes produzida em x horas, agora em 2x horas, ou seja, duplicando-se o tempo para sua produção, seu valor por unidade será o dobro, pois ali se cristaliza agora o dobro de valor. Contudo, seu valor de uso permanece constante. E invertendo-se o raciocínio, caso o tempo de trabalho seja constante e a produtividade aumente, haveria produção de mais mercadorias, e, portanto, mais valores de uso. Esse aumento na massa de valores de uso reduz o valor das mercadorias por unidade.

A forma de valor ou o valor de troca

Como visto, as mercadorias representam uma duplicidade entre valor e valor-de-uso. Este é entendido como sua “forma natural” (MARX, 2008, p. 69), enquanto aquele configura-se como uma “realidade apenas social” (MARX, 2008, p. 69). Esta realidade social – o valor – pode se manifestar apenas quando a mercadoria se relaciona com outras, isto é, quando é trocada com outras. Portanto, o valor-de-troca é a forma de manifestação do valor. Chega-se ao ponto em que Marx começa a discutir o desenvolvimento dialético da forma do valor.

Na forma simples do valor, em que x da mercadoria A é trocada por y da mercadoria B, $x_A=y_B$, o valor de A “só pode ser expresso relativamente” (MARX, 2008, p. 71), isto é, em B. Nesse caso, B “fornece o material para a expressão do valor” (MARX, 2008, p. 71) de A. A primeira mercadoria assume a forma relativa do valor, enquanto a segunda assume a forma de equivalente do valor. A mercadoria B, entendida como a “encarnação do valor” (MARX, 2008, p. 74), só pode desempenhar esse papel caso seja, aos olhos de A, valor-de-uso. Ou seja, o valor de uma mercadoria só pode ser expresso pelo valor-de-uso específico de outra; dito de outra forma, o trabalho concreto torna-se a forma de manifestação do trabalho abstrato.

Como a expressão do valor de A pode ser feita com qualquer mercadoria, pouco importa que tipo de mercadoria assume-se como equivalente. Chega-se à forma extensiva do valor, “onde o corpo de qualquer outra mercadoria torna-se o espelho onde se reflete o valor” (MARX, 2008, p. 84) da mercadoria que assume a forma relativa: o valor se revela massa de trabalho humano homogêneo, já que o trabalho criador de valor de A expressa-se igual a qualquer outro trabalho. Com isso, “evidencia-se que não é a troca que regula a magnitude do valor da mercadoria, mas, ao contrário, é a magnitude do valor da mercadoria que regula as relações de troca” (MARX, 2008, p. 85).

A forma extensiva se desenvolve até o ponto em que uma mercadoria passa a ser entendida como forma de equivalente do valor para todas as demais: trata-se da forma geral do valor. Agora, quando igualadas ao equivalente, todas as demais mercadorias apresentam-se como quantitativamente comparáveis. Quando, “por força de hábito social” (MARX, 2008, p. 92), uma mercadoria *específica* assume a forma de equivalente geral do valor, chega-se à forma dinheiro do valor, na qual aquela mercadoria é entendida como a mercadoria-dinheiro. A expressão simples do valor de uma mercadoria qualquer na mercadoria-dinheiro é a forma preço.

O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo

Quando a mercadoria equivalente da forma simples do valor converte-se na forma dinheiro, a relação social entre os homens “assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2004, p. 94); ou seja, na sociedade em que os produtos do trabalho se convertem em mercadoria, as relações pessoais se dissimulam em relações entre coisas, entre produtos do trabalho. Tem-se o caráter misterioso da mercadoria, onde a relação entre trabalhos humanos se oculta em uma relação entre coisas.

No que diz respeito a valor de uso, não há nada de misterioso. As propriedades adquiridas pela mercadoria de atender as necessidades humanas, são consequências do trabalho humano empregado ao fim de atender (satisfazer) seus anseios; que ocorre devido à capacidade do ser humano de modificar a natureza à suas vontades. Nessa produção de valores de uso, o dispêndio de trabalho humano tem uma finalidade específica.

Ora, se não pelo valor de uso, o caráter misterioso seria evidenciado no valor ou na magnitude do valor? Também não. Como dito antes, o trabalho empregado na produção da mercadoria é proporcional a uma dada quantidade de trabalho social – uma vez que todo o trabalho possui a qualidade de ser dispêndio de capacidade humana – sendo equivalentes e proporcionando diferenciações quantitativas. Diante disto, conforme Marx (1996), não há nada de “místico” (p. 197) nesse aspecto.

A indicação do caráter “místico” da mercadoria pode ser desenvolvida em um exemplo apresentado por Marx. Suponha que empregássemos trabalho para transformar madeira em mesa. A madeira é coisa comum, que mudou de forma, e agora é mesa. No entanto continua possuindo a mesma qualidade de ser madeira –ainda que sob a forma de mesa. No momento em que esta assume a forma mercadoria e é trocada no mercado, ela apresenta as relações entre os trabalhos privados, ou seja, trata-se de uma relação social. Entretanto, no mundo das mercadorias, a relação existente entre os trabalhos privados dos produtores torna-se imperceptível, ocultos sob a forma de uma relação dentre mercadorias.

Conforme dito na introdução deste trabalho, a mercadoria é quem orienta o modo de produção capitalista. O que Marx define como *Fetichismo da Mercadoria* é este fenômeno da mercadoria dissimular a relação dos trabalhos privados sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias.

3. Leis de desenvolvimento do capitalismo

As leis de desenvolvimento do capitalismo em Marx constituem repercussões de sua teoria do valor-trabalho. Portanto, tomando como pressuposto que a lei do valor, conforme discutida na seção anterior, é verdadeira, tem-se dois resultados fundamentais que operam como ponte para a teoria do imperialismo: a tendência à progressiva centralização dos capitais e a tendência à diminuição da taxa média de lucro. O objetivo desta seção é apresentar estes resultados como (a) *consequências* da teoria do valor de Max e (b) *pressupostos* para a teoria do imperialismo⁶.

3.1. Lei geral da acumulação capitalista

A lei geral, desenvolvida por Marx no capítulo XXIII do livro I, relaciona acumulação, produtividade do trabalho e centralização de capitais. De início, importante deixar claro o significado do termo centralização para Marx: trata-se do processo equivalente ao que a teoria microeconômica convencional chama de concentração, ou seja, o processo no qual os capitais se fundem, através de fusões, aquisições e anexações em geral.

O desenvolvimento (no sentido de movimento, dinâmica) do capitalismo está associado ao desenvolvimento do processo de acumulação de capital. Em outras palavras, se tudo transcorrer normalmente, quando a mercadoria produzida em um determinado ciclo de produção é vendida, parte dos lucros volta para a produção de mais mercadorias e, portanto, se inicia um novo ciclo. Quando esse novo ciclo se inicia em volume superior ao ciclo anterior, ocorreu uma acumulação de capital⁷. Por força da concorrência, cada capital busca rebaixar o valor individual de sua mercadoria para usufruir de um lucro extraordinário. O mecanismo usual para isso é a busca pelo progresso técnico, que significa utilizar uma quantidade maior de meios de produção (capital constante) em relação à quantidade de força de trabalho (capital variável). Na linguagem de Marx, o aumento na proporção entre capital constante (c) e capital variável (v) equivale a um aumento na composição do capital, definida como c/v . Tem-se, portanto, um aumento na produtividade social do trabalho (como consequência do aumento da composição orgânica do capital).

A acumulação de capital significa o aumento de tamanho do capital social (capital total). Cresce, portanto, “em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas” (MARX, 2004, p. 728)

⁶ Daqui em diante, o estudo de O Capital foi feito apenas com a edição da Civilização Brasileira.

⁷ A apresentação dos ciclos do capital está desenvolvida nos capítulos um a seis de (MARX, 2008).

através da progressiva concentração⁸ de riqueza nas mãos dos capitalistas individuais. Por outro lado, isso faz acirrar a concorrência entre eles. Aliado à possibilidade de acesso ao crédito, os capitalistas mais bem sucedidos passam a anexar os menores. “O que temos agora é [...] a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes” (MARX, 2004, p. 729): o capital tende a se centralizar nas mãos de poucos. Importante sintetizar que Marx deixa claro que “as duas mais poderosas alavancas da centralização” (MARX, 2004, p. 730) são a concorrência e o crédito.

Essa centralização, aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, acelera o aumento da composição do capital: aumenta a parte constante à custa da parte variável do capital social. Com uma necessidade relativa menor de capital variável, reduz a procura relativa por força de trabalho. Combinado a uma oferta crescente de força de trabalho, o resultado é que “a acumulação capitalista sempre produz [...] uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital” (MARX, 2004, p. 733), um exército industrial de reserva (EIR).

A expansão ou contração desse exército regula o nível de salários. Quanto maior o EIR, mais pressão farão os desempregados sobre o nível de salários e mais dispostos estarão os empregados a aceitarem uma maior exploração. Assim, ao mesmo tempo em que os salários dos empregados são rebaixados, mais pobres tornam-se os desempregados. Isto significa que, ao mesmo tempo em que a acumulação aumenta a procura por trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores, numa maior proporção. Para Marx (2004), “se o progresso da acumulação reduz a magnitude relativa da parte variável do capital, não exclui, com isso, o aumento de sua magnitude absoluta” (p. 727).

A lei geral, portanto, estabelece que o processo de acumulação de capital possui a tendência máxima de centralizar os capitais, isto é, constituir as associações capitalistas em geral – como os oligopólios, cartéis e trustes – e criar um exército industrial de reserva. O gancho para a lei da queda tendencial da taxa de lucro está no aumento da composição orgânica do capital.

3.2. Lei da queda tendencial da taxa de lucro

A segunda lei importante para o desenvolvimento da teoria do imperialismo é a lei da tendência decrescente da taxa média de lucro, que Marx desenvolve na parte terceira do livro III. Conforme o próprio enunciado da lei, é a *taxa média (geral) de lucro* que possui uma tendência a

⁸ Concentração é entendida para Marx, não como o processo de concentração nas mãos de poucos, mas o processo de concentração nas mãos da classe capitalista, já que aumenta a proporção capital constante/capital variável. Esta concentração coincide muitas vezes com o próprio processo de acumulação.

cair. Antes de entrar na natureza e implicações da lei em si, precisa-se entender como é formada esta taxa média de lucro.

A taxa média de lucro

A formação da taxa média de lucro está inserida na problemática da transformação dos valores em preços. Pela construção lógica de seus argumentos, Marx assume, até o livro segundo de O Capital, que as mercadorias são vendidas pelos seus valores, isto é, que os preços são iguais aos valores. Trata-se de uma suposição didática para facilitar o entendimento dos leitores, já que os resultados derivados com ou sem essa suposição não seriam modificados. Apenas no livro terceiro que essa suposição é deixada de lado, já que o interesse do autor passa a ser apresentar os fenômenos mais concretos da economia capitalista.

O valor de uma mercadoria qualquer, conforme já discutido, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Pode ser decomposto em capital constante, capital variável e mais-valia. Dentro de um mesmo setor, podem existir capitais com diferentes produtividades, ou seja, que produzam a mesma mercadoria com diferentes tempos de trabalho. Como o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho *socialmente* necessário, ocorre que os capitais defrontam-se com valores de mercado diferentes dos valores individuais. Os capitais mais produtivos – aqueles que produziram em menos tempo do que a média –, produziram uma mercadoria de valor menor do que o valor de mercado. Quando vendem sua mercadoria, se apropriam de mais valor do que produziram, ou seja, usufruem de uma mais-valia extra.

Na economia capitalista, a coexistência de setores diversos produzindo diferentes mercadorias leva à formação de taxas de lucro diferentes entre os setores. Isto posto, considerando que os capitais buscam as maiores rentabilidades, existe uma tendência, pela concorrência, à equalização da taxa de lucro, à nivelção da taxa de lucro entre os setores. Forma-se, portanto, uma taxa média de lucro⁹.

Considerando, portanto, que os diferentes capitais tenderão a se apropriar da mesma taxa média de lucro, o preço de produção equivale ao custo de produção (capital constante mais capital variável) acrescido da taxa média de lucro aplicada sobre este custo. Estamos supondo, para simplificar, a inexistência de capitais fixos para evitar problemas de depreciação. Quando essas mercadorias são colocadas à venda, o preço de produção se transforma em preço de mercado, regulado pelos mecanismos de oferta e demanda, dando origem à taxa efetiva de lucro, que pode ser maior ou menor do que a taxa média de lucro.

⁹ Uma demonstração mais pormenorizada desse argumento pode ser encontrada em (RUBIN, 1987).

A tendência à queda

A taxa média de lucro (l') é definida como a proporção entre a massa de mais-valia realizada (m) em relação ao capital total adiantado na produção, equivalente a capital variável (v) mais capital constante (c):

$$l' = \frac{m}{c + v}$$

É importante destacar que a massa de mais-valia é gerada, exclusivamente, pelo montante de capital variável empregado na produção. Tal como descrito na lei geral, à medida que a composição do capital evolui, a parcela do capital variável em relação ao capital total diminui. Para visualizar a relação entre a lei geral e a tendência decrescente da taxa de lucro, pode ser feita uma modificação algébrica na equação multiplicando o lado direito por $\left(\frac{1/v}{1/v}\right)$. A taxa média de lucro passa a ser descrita como segue:

$$l' = \frac{m}{c + v} * \frac{\frac{1}{v}}{\frac{1}{v}} \Rightarrow l' = \frac{\frac{m}{v}}{\frac{c}{v} + 1}$$

Conforme a lei geral, existe uma tendência ao longo do tempo para o aumento na composição do capital (c/v). Mantida uma taxa de mais-valia constante, esse aumento implica o decréscimo, ao longo do tempo, da taxa de lucro.

Para Marx, a massa de trabalho vivo empregado (capital variável) decresce sempre em relação a massa de trabalho materializado que põe em movimento (capital constante), “inferindo-se daí que a parte não-paga do trabalho vivo, a qual se concretiza em mais-valia, deve continuamente decrescer em relação ao montante de valor do capital global aplicado”(2008, p. 283) Esse decréscimo constatado pelo capital variável tem relação com a ascensão progressiva da composição orgânica do capital social médio (maior produtividade de trabalho, com as mesmas horas despendidas e emprego crescente de capital fixo). Pode-se dizer que a tendência a queda da taxa de lucro é expressão “peculiar do modo de produção capitalista” (p. 283), relacionada ao processo social do trabalho. Dito de outra maneira, o aumento progressivo do capital constante em relação ao capital variável tem como consequência uma queda gradual na taxa geral de lucro.

A massa absoluta do lucro até pode crescer, apesar da queda progressiva da taxa de lucro:

“O número de trabalhadores que o capital emprega, ou seja, a massa absoluta de trabalho que mobiliza e, por conseguinte, a massa absoluta de trabalho excedente que suga, ou de

mais-valia ou de lucro que produz, podem, portanto, crescer, e crescer de maneira contínua, apesar da queda progressiva da taxa de lucro. No regime de produção capitalista, isto é mais que uma possibilidade, é uma necessidade, se abstraímos das flutuações temporárias” (Marx, 2008, p.289).

Isso nos diz que, progredindo o processo de produção e acumulação, crescerá necessariamente a massa de trabalho excedente que o capital se apropria, e com isso, a massa absoluta de lucro obtida pelo capital.

As mesmas causas que fazem cair a taxa geral de lucro, também determinam a acumulação acelerada de capital. A queda da taxa de lucro é acompanhada por um aumento da massa geral de lucros, provocada pelo desenvolvimento da produtividade, ou seja:

“A massa de lucro correspondente a cada mercadoria diminuirá com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, apesar de crescer a taxa de mais-valia, e essa diminuição, como sucede com a taxa de lucro, apenas se modera com o barateamento dos componentes do capital constante” (Marx, 2008, p. 298).

As tendências contrárias

Ao mesmo tempo em que a dinâmica do capitalismo pressiona a taxa média de lucro para baixo, existem os fatores adversos que atuam na direção contrária. Por isso, a baixa da taxa de lucro foi qualificada por Marx como tendência à baixa. No capítulo XIV do livro III ele apresenta algumas dessas contra tendências, que serão brevemente descritas a seguir.

a) Aumento do grau de exploração do trabalho. Nesse caso, um dos elementos é o prolongamento da jornada de trabalho, que faz com que se aumente o trabalho excedente extraído, aumentando a massa do produto em relação à força de trabalho aplicada. Em geral, elevações temporárias na taxa de mais-valia acima de seu nível geral beneficiam os capitalistas que utilizam de invenções tecnológicas antes delas se generalizarem: “a elevação da taxa de mais-valia (...) é um fator que concorre para determinar a massa de mais-valia e, por conseguinte, a taxa de lucro” (Marx, 2008, p, 310).

b) Redução de salários. Salários menores podem tornar a taxa de lucro do capitalista maior em proporção igual à queda dos salários, diminuindo o custo com a força de trabalho. Para Marx, esse “é um dos fatores mais importantes que detêm a tendência à queda da taxa de lucro.” (2008, p. 311).

c) Baixa de preço dos elementos do capital constante. O próprio aumento da produtividade do trabalho barateia, ao longo do tempo, as matérias-primas e insumos utilizados na produção, ou seja, parte do capital constante. Esta contra tendência, em um nível mais concreto de análise, pode

ser ilustrada pela importância que a produção agroexportadora da América Latina teve para o desenvolvimento industrial europeu¹⁰.

d) Superpopulação relativa. Uma abundância de trabalhadores desempregados atua no sentido de seu próprio barateamento. Nos setores que se desenvolvem empregando esses trabalhadores, verifica-se salário inferior à média, com taxa de lucro acima da média. Implica, portanto, aumento da taxa medida de lucro.

e) Comércio exterior. Em Marx, “o comércio exterior, ao baratear elementos do capital constante e meios de subsistência necessários em que se converte o capital variável, contribui para elevar a taxa de lucro, aumentando a taxa de mais-valia e reduzindo o valor do capital constante” (2008, p. 313).

f) Aumento do capital em ações. A questão para Marx é que os lucros obtidos pelo capital acionário repartem-se em dividendos, isto é, rendimentos parecidos com os juros. Por isso, eles não entram no nivelamento da taxa geral de lucros. Se entrassem, iriam contribuir mais ainda para sua diminuição, já que o montante de capital constante é muito alto e a taxa de lucro, conseqüentemente, mais baixa do que a média.

A um passo da teoria marxista do imperialismo

As duas leis se complementam no sentido de que, quanto maior a acumulação de capital, maior a tendência a cair da taxa de lucro. Teoricamente, então, o desenvolvimento capitalista se balizaria, basicamente, pelas duas leis. Mas, concretamente, como isso se desenvolveu de forma a possibilitar que a teoria marxista do imperialismo percebesse que o capitalismo havia, de fato, se transformado em direção a um regime mais monopolista?

O próprio Marx, em seu tempo, já analisara que a mudança da forma jurídica de propriedade, em direção à sociedade por ações, representava um ponto elevado do processo de centralização de capitais. Marx viu nascerem as primeiras sociedades anônimas, onde ocorre a “transformação do capitalista realmente ativo em mero dirigente, [...] e dos proprietários de capital em puros proprietários, simples capitalistas financeiros” (MARX, 2008, p. 583).

Nesses embriões da nova fase capitalista que estaria por vir, o crédito acelera cada vez mais o “desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial” (MARX, 2008, p. 588). O incremento das bases materiais, estimulado pelo crédito, configurou-se, para Marx (2008), como a “tarefa histórica do modo capitalista de produção” (p. 588), já que, paralelamente, ele acelera também as crises e, “em consequência, os elementos dissolventes do antigo modo de produção” (p. 588).

¹⁰ Neste nível de análise, a contribuição de (MARINI, 2005) é fundamental.

4. Teoria do imperialismo

O Capital contém uma formulação sistemática sobre o capitalismo. No começo do século XX, Hilferding, Rosa Luxemburgo, Bukharin, Kautski e Lenin utilizam a obra marxiana como a ferramenta para interpretar as profundas e evidentes transformações que o capitalismo estava passando. Havia ocorrido, no final do século XIX, sua primeira crise estrutural (PANITCH e GINDIN, 2011) e o capitalismo buscava respostas à ela. De fato, tanto o legado teórico de Marx quanto as transformações concretas serviam de fonte de inspiração: o período precedente à I Guerra Mundial consistiu num “fermento criativo sem precedentes nos círculos marxistas” (BREWER, 1990, p. 88).

Aquele grupo heterogêneo de marxistas, que, doravante será denominado como formuladores da “teoria marxista clássica do imperialismo”, buscava compreender as causas, a natureza e as possíveis implicações da nova fase que o capitalismo ingressara. Obviamente, dentro desse grupo constam distintas e, algumas vezes, antagônicas percepções sobre alguns traços conceituais. Em uma tentativa de identificar o status teórico do imperialismo dentro do marxismo, Corrêa (2011) sugere que não é possível identificar uma categoria específica para ele: dentro da teoria clássica, as análises se situam desde análises conjunturais até indicações do imperialismo como uma lei geral do modo de produção capitalista.

De todo modo, a obra que se consolida como uma referência, com relação ao imperialismo, é a obra de Lenin, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Dentro da perspectiva da teoria marxista clássica, Lenin foi o último autor a teorizar sobre essa nova fase do capitalismo. Por isso, sem se deslembrar das críticas, pode-se afirmar que sua obra representa uma síntese das construções teóricas até então.

Lenin (2008, p. 90), cauteloso, apresenta essa definição “sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento.” Jesus (2008, p.52) alerta que essa “tendência à esquematização presente na teoria leninista do imperialismo” é criticada, pois seus argumentos são tratados como reducionistas. Segundo os críticos, sua teoria reduz-se a “poucas proposições essenciais, fáceis de ter em mente” (JESUS, 2008, p. 52).

Utilizou-se a definição leninista básica do imperialismo como referência, sobre a qual se construiu a trajetória de desenvolvimento teórico desse conceito pelos marxistas clássicos. Tal definição do novo capitalismo, para Lenin (2008), deve repousar em cinco traços fundamentais:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [...]; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. (LENIN 2008, p. 90).

Cabe a menção de que a mesma perspectiva é interpretada por Sweezy (1985), que define o imperialismo como um estágio determinado do capitalismo e reformula os cinco traços fundamentais da definição de Lenin:

a) vários países capitalistas adiantados se encontram em condições de concorrência quanto ao mercado mundial [...]; b) o capital monopolista é a forma predominante do capital; c) [...] exportação de capital é uma característica destacada das relações econômicas mundiais [...]; d) severa rivalidade no mercado mundial levando alternadamente a uma competição mortal e a associações monopolistas internacionais; e) a divisão territorial das partes ‘não-ocupadas’ do mundo entre as principais potências capitalistas (SWEETZY, 1985, p. 235).

Inaugurava-se a era do capital financeiro, com as grandes corporações se consolidando em grandes oligopólios e substituindo a livre-concorrência enquanto a esfera principal de acumulação do capital (HILFERDING, 1985). A luta econômica pelos mercados consumidores e de matérias-primas opunha grupos empresariais e, no limite, os Estados nacionais. O imperialismo, enquanto codinome para o novo capitalismo que surgia, refletia não as disputas interestatais por si mesmas, mas, principalmente, a nova forma de acumulação de capital.

No início do século XX, quando o novo capitalismo substituiu o velho, “o imperialismo expressava uma efetiva revolução capitalista no capitalismo; as transformações sociais que induzia não eram fictícias, mas reais” (FONTES, 2007, p. 56).

Hilferding (1985) foi o primeiro autor marxista a interpretar essas reais transformações sociais pelas quais o capitalismo estava passando. Entretanto, as contradições concretas com as quais o capitalismo se defrontava estavam, de certa forma, submergidas. Lenin (2008), em 1916, documentando com evidências factuais conseguiu trazer à superfície, “evidenciar as contradições” (FONTES, 2007, p. 55) da fase em que o capitalismo ingressara.

Nessa perspectiva, Lenin (2008, p. 23) mostra que os monopólios e cartéis “passam a ser uma das bases de toda a vida econômica”, tanto na esfera financeira quanto na esfera industrial. Nos setores mais intensivos em tecnologia, a partilha do mundo entre os capitalistas começa a ser vista.

Ao relacionar a partilha entre as associações de capitalistas e a partilha entre os Estados, Lenin (2008) afirmou que

[...] a época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão estabelecendo determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do

mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão estabelecendo entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na luta pelo território econômico. (LENIN, 2008, p. 75).

Rosa Luxemburg (1976) afirmou que “o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontrem ainda dominadas” (p. 392). Para a autora, essa luta é enfrentada para “encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia” (p. 392). A contradição do imperialismo, então, é o fato de que quanto mais rapidamente ele anexe territórios não-capitalistas, mais rapidamente caminha para sua destruição. Isto é, “o imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro para objetivamente pôr um fim a sua existência” (p. 392). Como isto, segundo Luxemburg (1976), põe por fim “a esperança de um desenvolvimento pacífico da acumulação do capital” (p. 392), a autora ilumina a questão que será polemizada em torno do tema ultraimperialismo.

Para Luxemburg (1976), a acumulação capitalista tem dois aspectos distintos. Por um lado, a acumulação ocorre onde se produz a mais-valia. Existe, entretanto, um segundo lado da acumulação do capital, que é aquele que se realiza entre o capital e as formas de produção não-capitalista: “Esse processo desenvolve-se no cenário mundial. Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra” (LUXEMBURG, 1976, p. 398). Nesse tópico, a autora evoca a importância do poder político, que se trata apenas do “veículo do processo econômico” (p. 398). Na realidade, afirma Luxemburg (1976): “Os dois aspectos da acumulação do capital acham-se ligados organicamente pelas condições de reprodução do capital, e só a reunião de tais aspectos permite o curso histórico do capital” (p. 398). Esse movimento histórico, entretanto, “prepara, em meio a convulsões cada vez mais violentas, sua própria ruína” (LUXEMBURG, 1976, p. 398). É importante observar que Luxemburg (1976) assumiu os mesmos prognósticos que, mais tarde, Bukharin (1988) e Lenin (2008), diferentemente de Kautski (1914), assumiram.

De fato, as conclusões que Kautski assumiu a partir de sua interpretação do imperialismo, decorreram da questão da desproporcionalidade dos ramos de produção. Para ele, o imperialismo decorreu da tendência das regiões industriais em anexar ou submeter as regiões agrárias ao seu domínio.

Para Kautski (2002a), a desproporcionalidade decorre do fato de o processo de acumulação de capital ser mais rápido na indústria do que na agricultura. Além de ser provocado por fatores de ordem técnica e social, Kautski (2002a) apontou que “na indústria capitalista, incide um poderoso fator que, na agricultura, mesmo para a empresa capitalista, tem escassa importância: a concorrência, a luta recíproca entre as diversas empresas para colocar seus produtos” (p. 453).

Portanto, o argumento central de Kautski (2002a) para essa questão é o de que a produção industrial aumenta desproporcionalmente à produção agrícola. Segue-se uma oferta de mercadorias industrializadas superior à demanda. O excesso não encontrará mercado e o preço cairá, precedendo uma crise (KAUTSKI, 2002a).

Para não se chegar a esse ponto, Kautski (2002a) expõe: “a acumulação capitalista na indústria só pode avançar e desenvolver-se livremente se ampliar constantemente a área agrícola que lhe abastece e para a qual destina os seus produtos” (p. 455). A tendência crescente da desproporcionalidade entre os setores “transforma-se em estímulo cada vez mais intenso [...] a ampliar o território agrícola” (p. 455-456), que fornece víveres e insumos e constitui mercado consumidor. O autor identifica que a “forma particular dessa tendência é o imperialismo” (KAUTSKI, 2002a, p. 455). O autor, portanto, assumiu o imperialismo “como um tipo particular de política capitalista” (KAUTSKI, 2002b, p. 471).

A necessidade de territórios agrícolas, para Kautski (2002a), assume um formato semelhante, pouco mais genérico, que o da necessidade por territórios para exportar capitais de Hilferding (1985). Para o autor, quando diversos países lutam por territórios econômicos, a concorrência acirra-se. A disputa econômica por mercados fornecedores de insumos e escoadouros da produção “torna-se rapidamente uma luta pelo poder, a ser conduzida com armas políticas” (HILFERDING, 1985, p. 304). Com a “anexação de territórios estrangeiros pela política colonial” (p. 305), a feroz concorrência desaparece. Partes do mercado mundial foram incorporadas a alguns mercados nacionais, sendo que “aqui entrecrocavam-se diretamente, de forma hostil, os interesses de países” (HILFERDING, 1985, p. 305).

Um dos objetivos da política do capital financeiro, para Hilferding (1985), é converter o “território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais” (p. 306). Para Hilferding (1985), o antagonismo entre interesses econômicos “aumenta extraordinariamente pela ação da política econômica do capital financeiro” (p. 308), já que o capital busca, em comum, “territórios virgens, cuja colonização pode ser de grande importância precisamente para os grupos capitalistas mais poderosos” (p. 308). Do antagonismo interestatal europeu derivaram-se relações de dependência entre alguns países; por que instituiu-se implicitamente uma hierarquia de poder econômico.

Portanto, o Estado-nação, em Hilferding (1985), apesar de sua subordinação ao capital financeiro, é de vital importância às pretensões da classe dirigente nacional. A luta pelo domínio do mercado mundial “será tanto mais exacerbada quanto mais desenvolvido for o capital financeiro e mais forte for seu empenho pela monopolização de porções do mercado mundial para o capital nacional” (p. 311). Hilferding (1985) fez um auspicioso alerta em relação à Alemanha: “A contradição entre o desenvolvimento do capitalismo alemão e a insignificância relativa de seu

território econômico aumentou [...] extraordinariamente” (p. 311). O país não possui possessões coloniais. “Trata-se de uma situação que necessariamente agrava de forma extraordinária o confronto entre Alemanha e Inglaterra com seus satélites, uma situação que impele a uma solução violenta” (HILFERDING, 1985, p. 311).

Aliás, Hilferding (1985) alertou que “a própria exportação de capital cria tendências que resistem à semelhante ação violenta” (p. 312), já que “a disparidade do desenvolvimento industrial acarreta certa diferenciação nas formas de exportação de capital” (p. 312). Países com desenvolvimento industrial mais avançado nos aspectos da técnica e da organização tendem a participar da exportação de capital industrial de forma mais intensa. É o caso de Alemanha e EUA. Já “países com desenvolvimento capitalista antigo participam da exportação de capital mais em forma de capital de empréstimo do que em forma de implantação de fábricas” (p. 312). Assim, surgem “tendências à solidariedade dos interesses capitalistas internacionais” (p. 312). Por exemplo, “o capital francês estará interessado como capital de empréstimo nos progressos das indústrias alemãs na América do Sul” (p. 312). Assim, Hilferding (1985) levantou os argumentos tanto dos teóricos que prognosticavam conflitos bélicos por causa do imperialismo, quanto dos teóricos que argumentavam que o imperialismo criaria sua própria saída pacífica.

Para Hilferding (1985), a ideologia do imperialismo surgirá como oposto “dos velhos ideais liberais” (p. 315), já que o tipo de atuação estatal que o capital financeiro necessitava era o oposto da ideologia liberal. Em importante referência, na qual trata do tipo de Estado que o capital financeiro precisa, Hilferding (1985) afirmou que ele necessita de um “Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro” (p. 314). Novamente Hilferding (1985) enfatizou a importância de um Estado forte, que intervenha em complementaridade às necessidades do capital financeiro.

Bukharin (1988) é outro autor que aponta a necessidade do Estado para o capital financeiro. O autor apresentou os vários métodos de ação empregados pelo imperialismo, que vão desde rebaixamento forçado de preços, dumping, restrição de crédito, etc, até se atingir o militarismo. Afirmou que: “antes de tudo, a luta entre os trustes capitalistas nacionais decide-se pelo confronto de suas respectivas forças militares, já que a potência militar do país constitui a última instância a que fazem apelo os grupos capitalistas nacionais” (BUKHARIN, 1988, p. 118) Ele mostrou que, de fato, assistia-se a uma corrida armamentista entre os países mais avançados. Por esse motivo, afirmou que “o domínio do capital financeiro pressupõe o imperialismo e o militarismo. Nesse sentido, o militarismo é um fenômeno histórico tão típico quanto o capital financeiro” (BUKHARIN, 1988, p. 120).

Concomitante ao processo de acirramento das condições da concorrência mundial, Lenin (2008) afirmou que as grandes potências passam a partilhar o mundo entre si. O “enorme ascenso

das conquistas coloniais” (LENIN, 2008, p. 78) começa exatamente na transição entre o estágio da livre-concorrência e o estágio imperialista. De tal modo, a partilha territorial mais intensa (final do século XIX e começo do século XX) coincide com esse novo estágio hegemônico por cartéis, trustes e sindicatos internacionais, sob a coordenação do capital financeiro (LENIN, 2008).

Na relação do capital financeiro com os Estados nacionais, Lenin (2008) afirmou: “o capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa” (LENIN, 2008, p. 82).

Para Lenin (2008, p. 83), “a particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões.” Lenin (2008) partiu das transformações da base econômica do capitalismo para chegar ao imperialismo enquanto necessidade desse modo de produção. Nesse novo estágio o capital precisa de novos territórios (econômicos e geográficos) para se expandir e manter o processo de acumulação (LENIN, 2008). Assim, continua Lenin (2008, p. 90), “interpretado no sentido referido, o imperialismo representa em si, indubitavelmente, uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo.”

Tal definição do imperialismo como sendo uma “fase”, ou uma categoria determinada historicamente, é amplamente criticada por Kautski. Em Kautski (2002b), rejeita-se a necessária identificação entre “imperialismo e capitalismo moderno” (KAUTSKI, 2002b, p. 469). O mesmo autor parte para uma definição genealógica do termo imperialismo. Hoje, afirma Kautski (2002b), o significado a que se deve reportar o termo imperialismo é o mesmo que foi utilizado “pela primeira vez durante o império de Napoleão, para indicar sua política” (p. 470). Na Inglaterra no final do século XIX, “o termo indicava mais uma vez um tipo particular de política imperial” (p. 470), que buscava estreitar as ligações britânicas com as colônias. Não foi ela que iniciou esse tipo de política, “mas foi ela que lhe forneceu o nome” (p. 470).

Se referenciando em Hilferding, Kautski (2002b) reconhece que “o novo tipo de política imperial ou política mundial era uma consequência do desenvolvimento do capital industrial, da crescente importância da alta finança, das exportações de capitais” (p. 470). Para Kautski (2002b), Hilferding utiliza o termo imperialismo para designar “um particular tipo de política, não uma ‘fase econômica’. O imperialismo, de acordo com ele, é a política favorita do capital financeiro” (KAUTSKI, 2002b, p. 470-471). Prossegue afirmando que a melhor definição para o imperialismo é exatamente “um particular sistema de política” (KAUTSKI, 2002b, p. 471) e não uma fase. Portanto, o capital financeiro, a fase particular do capitalismo, é entendido como causa e o imperialismo, o tipo de política do capital financeiro, é entendido como efeito (KAUTSKI, 2002b).

De fato, como analisa Brewer (1990), Hilferding não formulou uma teoria do imperialismo e por isso, em geral, não utiliza o termo “imperialismo”. Opostamente, utilizou bastante termos

como política protecionista moderna, política colonial moderna e política externa do capital financeiro. Quando Hilferding se referia ao imperialismo, sempre o citava como um conceito genérico para o militarismo e as tendências expansionistas do capitalismo (BREWER, 1990). Aliás, isto não é nenhum demérito dele. Diz Brewer (1990): “A razão por que Hilferding não construiu um conceito de imperialismo é clara; seu interesse era no desenvolvimento interno dos principais centros capitalistas, no surgimento do capital financeiro. Este é o título do livro, é seu conceito, e ninguém pode tomar isso dele.” (BREWER, 1990, p. 107, tradução nossa).

Dessa forma, embora Kautski tenha embasado sua definição de imperialismo amplamente na obra de Hilferding, torna-se um pouco frágil na medida em que o próprio Hilferding não formulou uma teoria específica a respeito do assunto.

De fato, o próprio Bukharin (1988), apresenta uma perspectiva dúbia em relação à definição do imperialismo. Em alguns trechos de *A Economia Mundial e o Imperialismo*, nota-se que se refere ao imperialismo enquanto política e, em outros, enquanto uma fase determinada do desenvolvimento capitalista. A seguinte citação ilustra bem esse ponto: “Assim como o capitalismo [...] constitui uma época historicamente limitada, característica apenas dos últimos decênios, também o imperialismo, política do capitalismo financeiro, representa uma categoria especificamente histórica” (BUKHARIN, 1988, p. 107). Fácil a percepção de que Bukharin (1988) considerou o imperialismo com as duas perspectivas.

Lenin (2008) é o autor que mais enfatizou o imperialismo enquanto uma fase, um estágio, do desenvolvimento capitalista. Aliás, além de ser uma fase particular, trata-se da última fase do modo de produção capitalista.

5. Notas conclusivas: o encadeamento lógico entre as categorias

Na apresentação da edição em língua portuguesa mais recente de “O Imperialismo: etapa superior do capitalismo”, Sampaio Junior (2011) indica que Lênin se baseou na lei da tendência à concentração do capital para explicar o processo de transformação do capitalismo competitivo em capitalismo monopolista. Além disso, baseando-se nas formulações de Marx, ele relacionou mutuamente os problemas da acumulação de capital com as lutas de classes na era do monopólio (SAMPAIOR JÚNIOR, 2011).

Vejamos como essas formulações de Marx constituem os fundamentos da teoria marxista clássica do imperialismo¹¹. Como discutido nas seções 2 e 3, as formulações de Marx foram abordadas em três níveis, que variam do mais abstrato ao mais concreto: (A) lei do valor, (B) lei geral da acumulação capitalista e (C) lei da queda tendencial da taxa de lucros.

(A) Pela primeira lei, é possível constatar que, no capitalismo, o valor das mercadorias possui uma relação direta com a quantidade de trabalho socialmente necessária para produzi-las. Tem-se a constatação de que quanto *menor* a necessidade média de trabalho para produzir algo, *menor* o valor deste algo.

(B) Na segunda lei, encontra-se um resultado relacionado ao movimento concreto do capitalismo. Pela força da concorrência entre os diversos capitais, há uma pressão (própria do capitalismo) por diminuir custos que se reflete em uma pressão por aumentar a produtividade do trabalho. O progresso técnico, portanto, tende a se disseminar na mesma direção da concorrência, ensejando, adicionalmente, a centralização dos capitais. O aumento da produtividade social do trabalho equivale à diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias: repercute-se, portanto, na diminuição do valor das mercadorias.

(C) Como resultado do aumento da produtividade social do trabalho e da diminuição do valor das mercadorias, tem-se a tendência à diminuição da taxa média de lucro. Na medida em que cada unidade de mercadoria contém parcela relativamente menor de trabalho, a possibilidade de extração de mais-valia em relação ao total do capital adiantado na produção torna-se menor. Logo, a segunda lei é uma condição necessária para a operação da terceira lei.

¹¹ Os argumentos estão apresentados aqui de forma esquemática e simplificada. Isto é feito propositalmente, já que o objetivo é mostrar o encadeamento entre as categorias. Omite-se os pressupostos e os debates internos em cada categoria.

E o imperialismo? Considerando a dificuldade de se definir o imperialismo enquanto categoria teórica (CORRÊA, 2011), podemos utilizar a conceituação proposta por Lenin. Das famosas cinco características do imperialismo, as duas primeiras (tendência à oligopolização e criação do capital financeiro) referem-se a desdobramentos empíricos diretos da lei geral. Por outro lado, as três últimas (exportação de capitais e partilha econômica e territorial do mundo) podem ser consideradas encadeamentos lógicos – demonstradas no plano empírico – da lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Grossmann (1992) endossa esse argumento. Em sua teoria das crises, ele considera o imperialismo uma contra tendência à lei do colapso (*breakdown*) do capitalismo. Baseando-se nas leis de Marx, a acumulação capitalista dentro de determinado país atinge um limite, cedo ou tarde, no qual a *única solução* é exportar capitais em direção a outras regiões onde a taxa de lucro é compensadora. Assim, os capitalistas passam a investir no exterior (exportar capital) porque é a única opção lucrativa de alocação do capital.

Concluindo, espera-se ter demonstrado como a teoria do imperialismo possui suporte no estudo do capitalismo de Karl Marx. Por isso, reivindicar a validade e atualidade da teoria do imperialismo implica em assumir a validade e a atualidade da teoria de Marx. A releitura das leis do capitalismo, baseados em *O Capital*, torna-se um poderoso instrumento para elucidar questões envolvendo o capitalismo contemporâneo e as várias interpretações do imperialismo contemporâneo¹².

¹² Uma tentativa de síntese das diversas teorias do imperialismo contemporâneo pode ser encontrada em (LEITE, 2010).

Referências

- BREWER, A. **Marxist Theories of Imperialism: a critical survey**. 2^a. ed. London: Routledge, 1990. 300 p.
- BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. Tradução de Raul de Carvalho. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 164 p.
- CORRÊA, H. F. **O Status da Categoria Imperialismo na Teoria Marxista: notas preliminares a partir do debate clássico**. Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011. Niterói (RJ): NIEP-Marx. 2011. p. 23.
- CORRÊA, H. F. **Teorias do Imperialismo no Século XXI: (in)adequações do debate no marxismo**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), p. 236. 2012.
- FISK, M. Lógica. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 219-221.
- FONTES, V. Lenin, o imperialismo e os desafios contemporâneos. **Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas (n. 10)**, São Paulo, 2007. 54-61.
- GROSSMANN, H. **The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System: being also a Theory of Crisis**. London: Pluto Press, 1992. 205 p.
- HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 346 p.
- JESUS, D. M. **O desenvolvimento do imperialismo e o processo de concentração bancária na dinâmica mundial do capitalismo contemporâneo**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), p. 370. 2008.
- KAUTSKI, K. **Ultra-imperialism**. Marxists Internet Archive. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>. Acesso em: 08 nov. 2009. 1914.
- KAUTSKI, K. O Imperialismo (1913). In: TEIXEIRA, A. (). **Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002a. p. 443-463.
- KAUTSKI, K. Dois artigos para revisão (1915). In: TEIXEIRA, A. (). **Utópicos, Heréticos e Malditos: os precursores do pensamento social de nossa época**. Rio de Janeiro: Record, 2002b. p. 465-490.
- LEFEBVRE, H. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2009. 127 p. p.
- LEITE, L. **Existe uma teoria contemporânea do imperialismo?** Encontro Nacional de Economia Política, 15, 2010, São Luís. Anais. São Paulo: SEP. 2010.

LENIN, V. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução de Leila Prado. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 130 p.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. Tradução de Marcelo D. Carcanholo. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R Kothe. São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1996. 496 p.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 22^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 929 p.

MARX, K. Prefácio da 2^a Edição. In: MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 22^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 571.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro III. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 347 p.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo e Rio de Janeiro: Boitempo e Ed. UFRJ, 2011.

PANITCH, L.; GINDIN, S. Capitalist Crisis and The Crisis This Time. **Socialist Register** , 2011. 1-19.

RUBIN, I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SAMPAIOR JÚNIOR, P. A. Por que Voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. In: LÊNIN, V. **Imperialismo**: etapa superior do capitalismo (e-book). Campinas: Navegando Publicações, 2011. p. 7-104.

SWEEZY, P. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**: Princípios de Economia Política Marxista. Tradução de Waltensir Dutra. 6^a. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.